

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 986 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1999



O ministro Rafael Greca foi questionado por 12 senadores na sessão de ontem, durante a qual Jefferson Péres sugeriu que ele deixasse o cargo e vários parlamentares defenderam a criação de uma CPI para apurar as denúncias

## Plenário ouve Greca sobre irregularidades na liberação de bingos

Ministro do Esporte e Turismo contesta denúncias, durante depoimento de mais de três horas no Senado

PÁGINAS 3 A 6

## Sociedade apóia maioria penal aos 16, diz Lando

O relator da proposta de emenda constitucional que reduz de 18 para 16 anos a maioria penal, senador Amir Lando, afirmou que a alteração está de acordo com o "desejo da sociedade". Durante audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta foi discutida por senadores, professores universitários e representantes da sociedade civil.

PÁGINA 7

## Senado aprecia 18 matérias na semana

PÁGINA 2



O ministro Francisco de Assis Toledo, do Superior Tribunal de Justiça, participou de audiência pública na CCJ, que contou com a presença dos senadores José Roberto Arruda, autor da proposta de redução da idade penal, e José Agripino

# Senado apreciou 18 matérias nesta semana

Comissões permanentes e especiais também tiveram intensa atividade. CPIs dos Bancos e Judiciário aprovaram relatórios

Dezoito matérias foram apreciadas nesta semana pelo plenário do Senado, que também registrou o comparecimento do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, para prestar esclarecimentos aos senadores sobre denúncias de supostas irregularidades no funcionamento dos bingos.

Entre as matérias aprovadas pelo plenário estão a emenda constitucional impedindo a reedição de medidas provisórias, que passa agora ao segundo turno de votação, e a alteração do cálculo da aposentadoria dos trabalhadores do setor privado, criando o "fator previdenciário". Esta última matéria vai à sanção presidencial.

O plenário aprovou também a extensão do seguro-desemprego ao trabalhador doméstico e a alteração do Código de Processo Civil impedindo a entrega de intimações, pelos oficiais de Justiça, a menores de idade. Volta à Câmara, por ter sido emendado, projeto incorporando à jornada de trabalho o tempo despendido em deslocamento para local de difícil acesso.

Ainda nesta semana, o plenário renovou dez concessões de emissoras de rádio e televisão, e concedeu duas autorizações de empréstimo externo, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), para obras no estado de São Paulo.

A Comissão de Constituição, Justiça e

Matérias apreciadas pelo Senado	
(de 16 a 18 de novembro de 1999)	
Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	12
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Projeto aprovado e enviado à Câmara	1
<b>Total de matérias aprovadas</b>	<b>17</b>
Proposta enviada ao arquivo	1
<b>Total de matérias apreciadas</b>	<b>18</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Cidadania (CCJ) deu parecer favorável a propostas de mudança no regime de bens no restabelecimento da sociedade conjugal; instituição do Programa Nacional de Bolsas de Estudo; alteração do Código Civil permitindo ao filho solteiro deficiente físico habitar o imóvel de pais falecidos.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ouviu os procuradores da República no Distrito Federal Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Schelb, que sugeriram a instalação de CPI para investigar a utilização dos bingos na "lavagem" de dinheiro pelo narcotráfico.

O ministro da Justiça, José Carlos Dias, encerrou o seminário "Amazônia - Patrimônio Ameaçado?", promovido pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), e do qual participou,

na terça-feira, o ministro da Defesa, Elcio Alvares.

A Comissão de Educação (CE) deliberou, entre outras, a favor do tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional do Rio de Janeiro; da criação do Dia Nacional do Idoso; e da inclusão do estudo dos símbolos nacionais nos currículos do 1º grau.

No relatório apresentado à CPI do Sistema Financeiro, o senador João Alberto (PMDB-MA) apontou indícios de prática de peculato pelos ex-diretores do Banco Central e de tráfico de influência pelos controladores dos bancos FonteCindam e Marka. A CPI do Judiciário aprovou relatório do senador Paulo Souto (PFL-BA) sobre as irregularidades e superfaturamento na construção do edifício-sede do TRT de São Paulo.



Recursos aprovados destinam-se ao pagamento, pela União, de juros e outros encargos da dívida externa

## CMO aprova suplementação de R\$ 1 bi ao Orçamento

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem parecer favorável a crédito suplementar no valor de R\$ 1 bilhão para reforço de dotações consignadas no Orçamento deste ano. Os recursos destinam-se ao pagamento de juros e outros encargos de dívidas externas de responsabilidade da União. A matéria teve como relator o deputado Osvaldo Coelho.

Conforme justificativa do ministro da Fazenda, Pedro Malan, a solicitação se explica por causa da desvalorização do real, "principalmente em relação ao dólar, que no início de março deste ano alcançou o pico de R\$ 2,15 por US\$ 1,00". A abertura desse crédito, informou o ministro, tem como lastro recursos decorrentes da emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional.

A Comissão de Orçamento também aprovou, com parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), pedido de crédito suplementar no valor global de R\$ 191 milhões para este ano. De acordo com o parecer, esses recursos serão distribuídos aos ministérios dos Transportes (R\$ 169,8 milhões); do Meio Ambiente (R\$ 16,2 milhões); de Minas e Energia (R\$ 2,7 milhões), e da Ciência e Tecnologia (R\$ 2,1 milhões).

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) apresentou substitutivo, aprovado pela comissão, ao projeto de lei que propõe abrir no Orçamento Fiscal da União crédito especial no valor de R\$ 76 milhões para o

Ministério dos Transportes. Trata-se, segundo o relator, "apenas de alteração da classificação orçamentária, uma vez que os recursos resultam de cancelamento da inadequada programação do próprio ministério".

Jucá esclareceu que, inicialmente, a proposta foi desmembrada da proposição original, "visando dirimir dúvidas" sobre o projeto de ampliação do Terminal de Contêineres do Porto de Santos (Tecon-2). Ele informou que haviam sido levantadas dúvidas quanto à lisura do processo de escolha da empresa encarregada da realização das obras:

— Contudo, o Tribunal de Contas da União se pronunciou favoravelmente sobre os esclarecimentos prestados pelo Ministério dos Transportes em relação ao Tecon-2, e concluímos pela inexistência de óbices — esclareceu Jucá.

Nas oito últimas reuniões da comissão não houve *quorum* para a votação de matérias. Com a finalidade de resolver o problema, o presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), anunciou que iria discutir o assunto com as lideranças partidárias do Senado e da Câmara.



SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

## Bancada do Pará vai a ACM por moradia

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) e oito deputados federais da bancada do Pará acompanharam ontem audiência concedida pelo presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, a integrantes do Movimento Nacional de Luta pela Moradia.

Segundo o relato feito por Ademir, Antonio Carlos concordou com a necessidade de resolver urgentemente o problema da habitação no país, mas apresentou avaliação de que a emenda constitucional instituindo o Fun-



Antonio Carlos recebeu o senador e oito deputados

do Nacional de Combate à Pobreza será alternativa mais rápida para chegar a esse objetivo do que os dois projetos defendidos pelo movimento: o Estatuto da Cidade, de autoria do ex-senador Pompeu de Souza, e o Fundo para a Moradia Popular — ambos

em tramitação na Câmara.

Ademir Andrade disse que o apoio da bancada paraense às reivindicações do Movimento Nacional de Luta pela Moradia deve-se ao fato de que o Pará é o estado que registra o maior déficit habitacional de todo o país.

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

**D**urante depoimento de mais de três horas no plenário do Senado, o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, rebateu denúncias de irregularidades na liberação de jogos de bingo eletrônico e disse estar aberto às investigações. “Nunca houve nem haverá nada a esconder no meu ministério”, garantiu. Quatro senadores – Roberto Requião (PMDB-PR), Álvaro Dias (PSDB-PR), Osmar Dias (PSDB-PR) e Marina Silva (PT-AC) – pediram a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as denúncias. Osmar destacou que a Justiça italiana vem investigando a possibilidade de lavagem de dinheiro do narcotráfico em jogos de azar no



Brasil. O senador Jefferson Péres (PDT-AM) sugeriu ao ministro que deixasse o cargo. O líder do PFL, Hugo Napoleão (PI), lembrou que Greca compareceu ao plenário do Senado por conta própria, enquanto o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) previu que as acusações feitas contra o ministro acabariam por ser desmentidas. Também questionaram o ministro os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Edison Lobão (PFL-MA), José Agripino (PFL-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jorge Bornhausen (PFL-SC). A sessão foi presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães.

## Greca diz ter determinado investigação sobre bingos

Em depoimento prestado no plenário do Senado ontem, o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, assegurou ter tomado “as três medidas administrativas cabíveis quando ocorrem indícios de irregularidades”: uma auditoria de acompanhamento da Secretaria Federal de Controle no Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp); uma sindicância interna no Indesp; e solicitação, ao Ministério da Justiça, de abertura de inquérito policial. Fora essas medidas, enfatizou, “não há assinatura deste ministro em nenhuma outra proposta legislativa, em nenhum ato normativo ou em qualquer evento sobre bingos”.

O próprio ministro tomou a iniciativa de comparecer ao Senado para prestar esclarecimentos sobre denúncias de que as autorizações para funcionamento de bingos no país estariam sendo cobradas. A primeira medida – uma auditoria de acompanhamento –, conforme explicou, foi tomada, verbalmente, no dia 16 de agosto, e, por ofício, no dia 19, em função de carta de demissão apresentada no dia 13 do mesmo mês por João Elias Cardoso, funcionário da Secretaria Federal de Controle que assumiu a Coordenação de Bingos do Indesp.

A segunda medida, continuou o ministro, foi tomada no mesmo dia – 3 de setembro – em que o jornalista Juca Kfourri contestou, em sua coluna no jornal

Folha de S. Paulo, dados do Sistema de Informações sobre credenciamentos e autorizações do Indesp. “Determinei que a secretaria executiva oficiasse o Indesp para apurar todos os fatos, já que as recomendações verbais anteriores não tinham surtido efeito”, disse. No mesmo dia, segundo Rafael Greca, ele telefonou para o ministro da Justiça, José Carlos Dias, e solicitou que a Polícia Federal entrasse no caso e auxiliasse o ministério na busca de informações sobre que cobranças estariam sendo feitas para dar autorização de funcionamento a bingos.

Em função de denúncia protocolada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) junto à Presidência da República, em 21 de setembro, Greca disse ter reiterado ao ministro da Justiça seu pedido de abertura de inquérito policial no âmbito da Polícia Federal. Na quarta-feira, acrescentou, recebeu o relatório da auditoria de acompanhamento da Ciset e determinou ao Indesp “a adoção das medidas corretivas e a apuração da responsabilidade de todos os agentes apontados no relatório em ações de impropriedade ou irregularidades”. O relatório foi encaminhado ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público e à Polícia Federal.

– Sou um homem de boa fé. Posso ter sido enganado? Todos estamos sujeitos a isso – afirmou no encerramento de seu pronunciamento.



A sessão de ontem do plenário foi dedicada exclusivamente ao questionamento de Rafael Greca

### Ney Suassuna afirma que ficou surpreso com denúncias

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse estar surpreso com as denúncias sobre irregularidades nas casas de bingos do país. Ele informou que na Paraíba e no Rio Grande do Norte houve “uma enxurrada” das chamadas máquinas caça-níqueis, que tiveram seu funcionamento suspenso por determinação dos governadores desses estados.



Ney Suassuna relatou “enxurrada” de caça-níqueis na Paraíba

Durante audiência com o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, Suassuna quis saber se existe mais de um tipo de máquina caça-níquel e se esta precisa de autorização do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp) para funcionar. Per-

guntou ainda ao ministro se a reforma do Indesp foi feita para favorecer Luiz Antônio Buffara, que era o diretor de administração e finanças da entidade.

Greca assegurou ao senador que a reforma do Indesp foi feita por ordem expressa da Secretaria de Controle Interno, com aval do presidente da República, em 1998. Ele negou que a reforma tenha sido feita para dar poderes a Buffara. A reforma, acrescentou, feita com critérios “rígidos” e obedecendo a regras legais, sob a supervisão do Ministério do Orçamento e Gestão, transformou cargos e criou coordenações e competências no âmbito do Indesp.

### Napoleão não vê fatos concretos contra ministro

O líder do PFL no Senado, senador Hugo Napoleão (PI), primeiro a interpelar o titular da pasta do Esporte e Turismo, Rafael Greca, destacou que o ministro compareceu ontem ao Congresso Nacional por iniciativa própria. Napoleão disse que não há fatos concretos nas denúncias contra Greca, que têm sido feitas sempre com “o verbo no condicional”.

O próprio requerimento para que Greca viesse ao Senado afirmava que os recursos pagos para a abertura de casas de bingo teriam sido “supostamente desviados para caixa de campanha política”, citou Napoleão. O parlamentar também recordou que as informações veiculadas nas revistas *Veja* e *IstoÉ*, em agosto, falavam em supostos desvios de recursos.

Segundo Napoleão, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou, da tribuna, que ninguém fazia acusações contra o ministro. Reportando-se a notas taquigráficas do



Hugo Napoleão recordou que ministro compareceu ao plenário por iniciativa própria

Senado, Napoleão citou parte do discurso de Osmar Dias, quando este afirmou que “se o ministro Rafael Greca não tiver nada a ver com isso aqui” (referindo-se a autorização irregular de bingos) voltaria à tribuna e diria “que ele não tem nada a ver”.

Após a manifestação de sena-

dor pefelista, o ministro reafirmou que as alegações levantadas contra ele sempre continham o verbo no condicional. Greca lembrou os 17 anos de sua carreira política, para dizer que não se pode enganar por tanto tempo uma população tão esclarecida quanto a paranaense.

Greca disse que, se estivesse interessado em fazer um caixa de campanha, não teria nomeado para a coordenação de bingos João Elias Cardoso, pessoa que não conhecia e que fora indicada pelo próprio secretário Federal de Controle. O ministro acrescentou que, nesse caso, também não teria passado para a Caixa Econômica Federal todo o controle da arrecadação do ministério com os bingos, nem tampouco teria instituído uma taxa federal para financiar a fiscalização e o controle das casas de bingos.



DEPOIMENTO DE GRECA

ENQUANTO REQUIÃO COBRA CPI, OSMAR DIZ QUE BINGO LAVARIA DINHEIRO ILEGAL. EDUARDO DEFENDE FIM DOS CAÇA-NÍQUEIS E JEFFERSON PERGUNTA SE MINISTRO NÃO DEVERIA PEDIR DEMISSÃO

## Requião acusa Greca de ter participado da "venda" de MP

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, participou da "venda" de uma medida provisória permitindo a entrada de máquinas de bingo no país. De acordo com Requião, a máfia italiana pagou pela MP, enviada pelo ministro para assinatura do presidente da República. O senador informou que o Ministério Público e a Polícia Federal reuniram provas que incriminam Greca. "Os procuradores da República já anunciaram a sua disposição de indiciar o ministro por formação de quadrilha e uma série de outros crimes", disse.

Requião reafirmou a necessidade de instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar o caso. Declarou também que seria um gesto de coragem do ministro apoiar a CPI.

— Precisamos que, em um gesto de coragem, o ministro, para demonstrar que de nada tem medo, apóie uma comissão parlamentar de inquérito que lhe quebre imediatamente o sigilo bancário e telefônico, bem como dos auxiliares do ministério que redigiram na Conab e em outros lugares a medida provisória que ele entregou ao presidente e que foi vendida à máfia italiana — argumentou o senador pelo Paraná, acrescentando que o interro-



Roberto Requião diz que Polícia Federal e Ministério Público reuniram provas contra Greca

gatório de ontem significava uma discussão de amenidades. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a presença de Requião na tribuna, interrogando o ministro, era prova da seriedade dos debates.

Funcionários ligados ao ministro seriam, conforme Requião, os responsáveis pela redação da Portaria 23, que "aperfeiçoou a canalhice e a patifaria e transformou as máquinas de jogo em bingos permanentes". Esta portaria, que legalizou as máquinas de jogo, teria custado US\$ 150 mil aos donos das casas de bingo, segundo o parlamentar. Requião também acusou o grupo de cobrar US\$ 15 mil para

cada nova autorização de funcionamento para casas de bingo.

Segundo o senador, o ministro apresentou ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma única minuta de medida provisória, elaborada pelos donos de casas de bingo, abrindo e liberalizando o jogo:

— Quem tentava induzir em erro o presidente da República era o ministro, que apresentou à Casa Civil uma única medida provisória, que liberava as máquinas de jogo no país — afirmou o senador.

Em sua defesa, Greca respondeu que, por não ser ligado a máfia ou à lavagem de drogas, não é o opositor que Requião gostaria de ter. Afirmou ainda ter apresentado ao presidente da República não uma, mas duas opções de medida provisória sobre a regulamentação do jogo. Disse também que Luiz Antônio Buffara de Freitas, ex-diretor do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), não foi seu tesoureiro de campanha, como acusara Requião. Segundo o senador, Buffara era um dos funcionários ligados ao ministro que teriam redigido a Portaria 23.

Requião afirmou que o ministro mentiu, uma vez que é "público e notório" no Paraná que Buffara fora seu caixa de campanha.

## Osmar Dias diz que portaria foi redigida nos "porões da Conab"

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) usou indícios colhidos pelos procuradores da República Luiz Francisco Fernandes de Souza e Guilherme Zanina Schelb para acusar o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, de ligação com donos de bingos e integrantes da máfia italiana. Durante audiência com o ministro no plenário do Senado, ontem, o senador disse que a elaboração da portaria que possibilitou a instalação dos bingos eletrônicos foi discutida em reunião realizada secretamente na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da qual participaram donos de bingos, funcionários da Conab e o advogado Paulo Araújo.

Com base em informações de que todas essas pessoas freqüentavam o gabinete de Greca, os procuradores estão movendo ação cautelar contra o ministro, alegando que parte dos recursos

da máfia italiana seriam lavados no negócio dos bingos e outra parte alimentaria o caixa da campanha de Greca ao governo do Paraná em 2000.

— O que está sendo colocado não são hipóteses, mas fatos concretos — disse Osmar Dias, ainda durante sua primeira intervenção.

O senador questionou Greca sobre por que a empresa NeoJuegos, pertencente a "um mafioso", foi a primeira a obter autorização para funcionamento do Instituto de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), "furando enorme fila". O ministro respondeu que a autorização é de responsabilidade do diretor do Indesp, Manoel Tubino, embora oficialmente ele, ministro, exerça o cargo de supervisor do Indesp. Osmar perguntou então a Greca por que permitiu que se realizasse a reunião "nos porões da Conab". O ministro respondeu que reuniões em porões



Osmar Dias acusou Greca de ser "campeão de mentiras"

eram coisa para a polícia investigar, e não respondeu pergunta de Osmar sobre por que ofereceu ao presidente Fernando Henrique Cardoso duas versões de medida provisória regulando a atividade dos bingos.

— Vossa excelência é um campeão de mentiras — afirmou o senador.

Osmar Dias indagou de Greca se ele apoiaria a instauração de uma CPI para investigar os bingos. Em resposta, o ministro sugeriu que o Congresso aproveitasse a CPI do narcotráfico. E ao pedido de Osmar Dias para que abrisse seu sigilo bancário, Greca ofereceu-se a abrir suas contas aos procuradores da República.

## Eduardo quer país livre de máquinas caça-níqueis

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) perguntou ao ministro Rafael Greca, durante a audiência pública realizada ontem, se o país está livre das máquinas caça-níqueis. Greca respondeu que as máquinas foram proibidas no país desde 1946, durante o governo Dutra, e que, em 1993, por meio da Lei Zico, o Brasil pôde ter em funcionamento máquinas de videobingo.

O governo, acrescentou o ministro, decidiu, no entanto, enquadrar essas máquinas no rol de produtos com entrada proibida no país, através de instrução normativa da Polícia Federal, datada de 27 de outubro deste ano. Com essa nova norma, as chamadas máquinas caça-níqueis podem ser apreendidas e destruídas ao chegarem no Brasil.

### BONS COSTUMES

A portaria foi feita, segundo o ministro, porque não havia como diferenciar produtos que atentariam ou não contra os bons costumes, como estabelece a legislação, para que fosse impedida sua entrada no país. Bastava o pagamento de impostos recolhidos pelo Ministério da Fazen-



Eduardo Siqueira Campos elogiou o ministro, a quem considerou "um homem respeitável"

da para os produtos passarem pelos aeroportos.

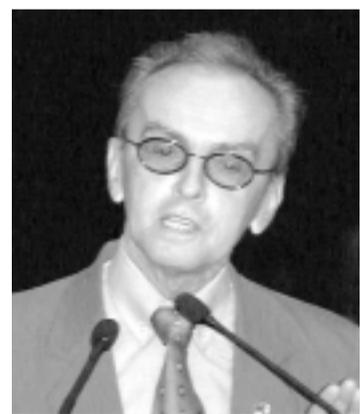
O senador elogiou o ministro, afirmando que Greca é "um homem respeitável, admirado por todos os integrantes do Senado". O ministro agradeceu o apreço do senador e esclareceu que não assinou a portaria e demais documentos sobre a questão do bingo, que foram assinadas pelo então presidente do Indesp, Manoel Tubino.

## Jefferson sugere a ministro que se demita do governo

A exemplo da exoneração de Luiz Antônio Buffara da Diretoria de Administração e Finanças do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (Indesp), o senador Jefferson Péres (PDT-AM) perguntou ao ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, se ele também não deveria pedir demissão do cargo, devido às denúncias de irregularidades nas autorizações para o funcionamento de bingos no país. "Essa regra valeu para seu auxiliar e não vale para vossa excelência?", questionou o senador na audiência pública.

Greca respondeu que nada tem a esconder e que quer servir ao país "com serenidade". Disse que aguardará a apuração das denúncias sobre o funcionamento de bingos com tranqüilidade e que tomou todas as medidas necessárias para apurar os fatos, com abertura de sindicância e de investigação da Polícia Federal e do Ministério da Justiça.

Jefferson Péres quis saber se Buffara,



Jefferson perguntou ao ministro se ele não deveria seguir o exemplo de Buffara e pedir demissão

ao pedir exoneração do cargo, por ser acusado de corrupção, teve uma atitude de confissão de culpa ou praticou um ato de prudência. Greca respondeu que as acusações eram graves e que pediu a Buffara que se afastasse do cargo. "Essa exoneração me deu mais conforto", respondeu.

PARA LOBÃO, GRECA MERECE ELOGIOS POR SE DISPOR A ESCLARECER DENÚNCIA. ÁLVARO, SUPPLY E MARINA CONSIDERARAM AS EXPLICAÇÕES DO MINISTRO INSATISFATÓRIAS



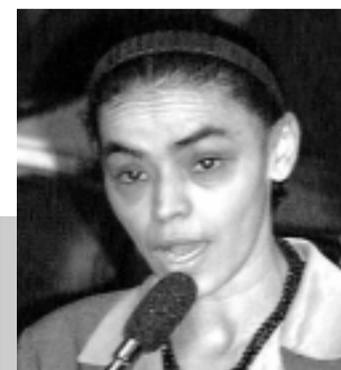
## Marina Silva queixa-se de respostas evasivas

Depois de quase três horas e meia de questionamentos ao ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, a senadora Marina Silva (PT-AC) concluiu pela necessidade da instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar não somente as denúncias envolvendo Greca com irregularidades na liberação de bingos, "mas a evidente participação do crime organizado nesse tipo de jogo".

Marina Silva sugeriu a criação da CPI dos Bingos depois de observar que as "respostas evasivas" do ministro não estavam trazendo contribuição alguma para os esclarecimentos dos fatos. "O ministro não conhece nada e ninguém", observou a senadora. Para ela, somente com a instalação de uma CPI é que a verdade virá à tona.

A senadora perguntou ao ministro se conhecia o advogado Paulo Araújo, apontado como responsável pela elaboração da Portaria 23. Em resposta, Greca disse que não. Mas, segundo a senadora, Paulo Araújo ajudou na elaboração de vários projetos e era considerado um dos principais assessores do ministro para assuntos ligados ao bingo.

"Não conheço o senhor Paulo Araújo. Só tenho conhecimento que ele prestou serviço no Indesp por uns 40 dias", disse Rafael Greca ao afirmar que não poderia assumir responsabilidades sobre antecedentes policiais de supostos assessores.



Marina defende a apuração do envolvimento do crime organizado com os bingos eletrônicos

# País é o maior prejudicado pela polêmica, afirma Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou a disposição do ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, em comparecer ao Senado para esclarecer a polêmica em torno das autorizações para o funcionamento de bingos. De acordo com Lobão, há uma diferença entre bingos "honestos e desonestos". Ele lembrou que Greca sempre recusou a pecha de "ministro do jogo".

– Vamos pôr um ponto final nessa discussão que em nada ajuda o país – disse o senador antes de perguntar a Greca se ele havia autorizado o funcionamento de algum bingo.

– Não há autorização para bingo com a minha assinatura – respondeu Greca, acrescentando que



foram autorizados neste ano pelo Instituto de Desenvolvimento do Desporto (Indesp) 16 bingos permanentes e 235 provisórios.

Lobão então questionou Greca

Lobão parabenizou o ministro pelo interesse em esclarecer o assunto

sobre as declarações do diretor do Indesp de que o ministro preferia fugir do assunto "autorização de bingos". Greca respondeu que nunca fugiu do assunto. Inclusive teria sempre se manifestado para que os bingos fossem deslocados da área do Indesp para o setor de loterias da Caixa Econômica Federal, permitindo que os recursos arrecadados fossem dirigidos aos esportes olímpicos. A fiscalização nesse caso ficaria a cargo da Caixa, uma vez que o Indesp não tem estrutura para dar conta dela.

## Suplicy diz que existência de "balcão" no Indesp é fato público e notório

Ao questionar o ministro Rafael Greca, do Esporte e Turismo, durante a sessão de ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que Luiz Antônio Buffara, ex-diretor financeiro do Indesp, havia criado um "balcão" para clientes especiais que tinham atendimento preferencial na liberação de bingos. Acrescentou que na área de convênios firmados no âmbito do órgão também existe um "balcão" do gênero e que a "senha" para o favorecimento é o partido político do interessado.

– Como isso é um fato notório, constatado inclusive por depoimentos de várias testemunhas no Ministério Público, pergunto se essa trama é do seu conhecimento? – indagou o parlamentar.

Em resposta, Greca disse que não existe um balcão especial para privilegiar políticos ou "pessoas de terceira intenção". Negou que haja qualquer favorecimento em

sua pasta, afirmando que age com "absoluta transparência" e dentro dos limites da lei.

Suplicy manifestou estranheza com as afirmativas de Greca e disse que não entendia como o ministro, "passado todo esse tempo da divulgação dos fatos, ainda não tenha conhecimento desse balcão e tenha certeza de que foi enganado por Buffara".

O senador observou que um ministro tem "responsabilidades que não pode delegar", lembrando que o chanceler Willy Brandt renunciou à chefia política da então Alemanha Ocidental, um dos cargos mais importantes do planeta, diante de "meros boatos de espionagem na Alemanha Oriental", envolvendo um de seus auxiliares. "Ele ganhou a admiração e o respeito do mundo inteiro", disse Suplicy.

Greca respondeu que, há me-



Suplicy não entende como Greca até hoje diz desconhecer fatos que tiveram ampla divulgação

ses, vem investigando e coordenando sindicâncias para apurar as acusações que pesam sobre o ministério. "Minha intenção é esclarecer. Por isso, vim ao Senado espontaneamente. Não preciso pensar em renunciar, porque o presidente Fernando Henrique Cardoso e o meu partido, o PFL, mantêm plena confiança em mim. Se houver necessidade de correção de rumos em relação aos bingos, vamos fazê-lo."



Segundo Álvaro Dias, Rafael Greca não assume suas responsabilidades como ministro

## Para Álvaro, só CPI pode investigar a denúncia

Na avaliação do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o ministro Rafael Greca tentou, no depoimento, repassar responsabilidades no que diz respeito às denúncias de irregularidades nas autorizações para o funcionamento de bingos. "Não é possível se esconder atrás de declarações do tipo 'eu não sabia, não assinei a portaria, o Indesp tem autonomia'. Isso representa abrir mão de parcela de poder como ministro, é como se estivesse faltando ao trabalho."

Para o senador, uma CPI, com quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de todos os envolvidos, é a única maneira de esclarecer fatos como o pagamento de propinas e a possível ligação do ministério com a máfia italiana. "Caso contrário, será sempre a palavra do ministro contra o jornalista Juca Kfoury ou contra Manoel Tubino", ressaltou.

Ao responder, Greca disse ter trabalhado muito pelo esporte e pelo turismo, listando entre suas realizações desde as medalhas conquistadas nos Jogos Panamericanos de Winnipeg (Canadá) até o fomento do turismo no Nordeste e na Amazônia. "Odeio o porão, gosto do lado luminoso do ministério e de iniciativas sociais como o programa de fabricação de material esportivo em penitenciárias", afirmou.

Álvaro Dias lembrou críticas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à atuação do ministério no setor de bingos, afirmando que o assunto não se encerrará com o depoimento de Greca. "Tenho confiança na Polícia Federal e no Ministério Público, que entrará com ação cautelar contra o ministro e outros acusados. Na França, ministro sob suspeita renuncia, no Brasil faz poesia", concluiu.



DEPOIMENTO DE GRECA

EM RESPOSTA A AGRIPINO MAIA, MINISTRO NEGA TER PARTICIPADO DE REUNIÃO PARA DEFINIR PORTARIA DOS BINGOS. BORNHAUSEN DIZ QUE SENADO NÃO É PALCO PARA DISCUTIR DENÚNCIA ANÔNIMA



José Agripino disse que muitos fatos ainda deveriam ser esclarecidos pelo ministro

## Ministro nega pressão em favor da criação dos bingos

“Não fiz qualquer tipo de pressão para que a Portaria nº 23, que permitiu a instalação no país dos bingos eletrônicos, fosse assinada. Aliás, tomei conhecimento dela através do *Diário Oficial*”, disse o ministro do Esporte e Turismo, Rafael Greca, em resposta ao senador José Agripino (PFL-RN), durante audiência pública no plenário do Senado. O senador pelo Rio Grande do Norte observou que, apesar de o ministro ter tentado explicar, durante quase três horas, as denúncias relacionando o ministério a irregularidades na liberação de casas de bin-

go, muitos fatos ainda deveriam ser esclarecidos, a começar pela suposta participação da máfia italiana na elaboração da medida provisória, favorecendo os exploradores da atividade.

Respondendo a Agripino, o ministro garantiu não ter participado de qualquer reunião na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para a elaboração da portaria. De acordo com as denúncias, a Conab serviu de palco para reuniões, com a participação do advogado Paulo Araújo, apontado como autor da portaria.

## Bornhausen lembra que denúncias partiram de uma carta anônima

Ao inquirir ontem o ministro Rafael Greca, em audiência pública no plenário do Senado, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) afirmou que seu pai, Irineu Bornhausen, jamais aceitou disputa política que envolvesse acusação a adversário. A única pergunta do senador consistiu em saber se era anônima a carta que suscitou a investigação da Polícia Federal sobre irregularidades no credenciamento de bingos. “Era anônima”, respondeu Greca.

Bornhausen informou que, nos seus 32 anos de vida pública, jamais acusou um adversário. “Se fui acusado, respondi. Assim procedo e não me arrependo”, acrescentou. Ele narrou episódio em que, candidato ao governo de Santa Catarina, seu pai recusou-se a utilizar-se eleitoralmente de um processo instaurado contra Doutel de Andrade, candidato na chapa adversária, apenas por que não queria utilizar-se desse instrumento contra um opositor.

Greca sustentou que a carta que suscitou a investigação da Polícia Federal era anônima, mas tendo sido enviada pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) ao Palácio do Planalto, decidiu esclarecê-la. Ele explicou que, no Palácio, foi informado que não era neces-



Jorge Bornhausen lembrou o pai para condenar ataques contra adversários políticos

sário considerar esse documento, mas quis que a Polícia o investigasse porque seu propósito era ver o assunto elucidado. “Detesto a triste prática política de fabricar factóides adversários”, disse o ministro.

Também afirmou que à sua “guerra” com Roberto Requião aplica-se o que o padre Antonio Vieira afirmou a respeito das guerras que começam, prosseguem e terminam sem justiça. A respeito da atitude do pai de Bornhausen em relação a seu adversário em Santa Catarina, o ministro afirmou que Deus não lhe deu o privilégio de ter um adversário da qualidade moral de Doutel de Andrade.

Depois de ouvir o ministro, Bornhausen disse que o plenário

não era o lugar adequado para uma discussão que se originou numa carta anônima. “As divergências de província devem ficar lá e não aqui. Assuntos trazidos sem prova não devem nos fazer ficar tanto tempo em plenário”, disse. E manifestou seu desejo de que Greca continue seu trabalho à frente do ministério. “Votos o senhor os terá, mas vai disputá-los não aqui, e sim no Paraná”, acrescentou.

Antes de encerrar os trabalhos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, agradeceu a presença de todos e elogiou a independência com que os senadores puderam interrogar Rafael Greca, “travando um diálogo proveitoso para a democracia brasileira”.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*  
7h – *Saúde Todo Dia* – Squash  
7h30 – *Especial Unip* – Papiloma vírus (4ª parte)  
7h55 – *Senado em Pauta*  
8h – *Jornal do Senado*  
8h25 – *Senado em Pauta*  
8h30 – *Entrevista* – Senador Arlindo Porto fala sobre as barreiras para os produtos agrícolas  
8h55 – *Senado em Pauta*  
9h – Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após – Subcomissão de Rádio e TV (gravado)  
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)  
19h – *Forças do Brasil*  
19h30 – *Debate* – Senador Francelino Pereira e o produtor de cinema Luiz Carlos Barreto falam sobre a produção do cinema brasileiro  
20h30 – *Entrevista* – Senador Arlindo Porto fala sobre as barreiras para os produtos agrícolas  
21h – *Jornal do Senado*  
21h30 – *Consulta Marcada* – Pneumologista Antônio

Ruffino Netto fala sobre a tuberculose  
22h30 – *Síntese*: Planos de saúde – 1ª parte  
23h30 – *Filmes* – Pequenos filmes etnográficos e Rota dos Orixás

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – *Agenda Senado*  
Em seguida – Música e informação  
9h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
14h30 – Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida – Música e informação  
19h – *A voz do Brasil*  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Nordeste  
Em seguida – Música e informação  
21h – *Senado em Linha Direta* – Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – *Senado em Linha Direta* – Edição Sul/Sudeste  
Em seguida – Música e informação

## Porto fala hoje à TV Senado



O senador Arlindo Porto (PTB-MG) diz, em entrevista à TV Senado, que o Brasil vai tentar rever na *Rodada do Milênio*, reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) que acontece em Seattle (EUA), posições de protecionismo contra os produtos nacionais, em especial dos países europeus e dos EUA. Na última reunião (realizada no Uruguai em 1994), segundo o senador, faltou articulação do Brasil com outros países produtores agrícolas. A entrevista vai ao ar hoje, às 8h30 e às 20h30.

“O ministro Lampreia está levando uma proposta do Brasil. Acho que esse ano teremos melhores condições de negociação”, acredita.

## Senado realiza campanha para conscientizar sobre o diabetes

A propósito da passagem do Dia Mundial de Combate ao Diabetes, no dia 14 de novembro, o Serviço Médico do Senado realizou ontem campanha de conscientização sobre a doença entre os funcionários e visitantes da Casa. Foram reali-



Enfermeiras fizeram exame de glicemia e tiraram a pressão dos servidores e visitantes

zadas medições de glicemia, medindo o nível de açúcar no sangue, como forma de diagnosticar o diabetes; de pressão arterial, para detectar a hipertensão, e do índice de massa corpórea, para detectar a obesidade. As doenças são graves e de fácil detecção, podendo ser facilmente controláveis quando descobertas em fase inicial.

O Senado tem um Programa de Assistência ao Diabético, que funciona há sete anos. Além de um Ambulatório de Pé Diabético, são reuniões semanais em que os diabéticos têm acompanhamento, palestras, aprendem a fazer a auto-aplicação da insulina, podem trocar experiências e monitorar o estado da doença.

# CCJ discute proposta de redução da idade penal

No debate, não houve unanimidade quanto à emenda do senador José Roberto Arruda que torna imputáveis os maiores de 16 anos. Defendida por juristas, ela não foi recebida com o mesmo entusiasmo por parte de assessores do governo

Em audiência realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir a redução da idade penal no Brasil, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) recebeu apoio para a sua proposta de emenda constitucional que torna penalmente imputáveis os maiores de 16 anos. Alguns dos expositores lembraram que, nos países desenvolvidos, a imputabilidade começa cedo. Na Inglaterra, por exemplo, são atingidos os infratores de dez anos.

Professor da Universidade Católica de Brasília, Diáulas Ribeiro disse que, em boa hora, Arruda resolveu propor essa emenda. Ele afirmou que o Código Penal fixou a imputabilidade em 18 anos numa época em que a psicologia e a psiquiatria eram incipientes no Brasil, daí porque associou-se o critério do envelhecimento com o do amadurecimento do ser humano.

Para Ribeiro, a adoção de critérios científicos para definir o momento em que o cidadão atinge capacidade de discernimento e de comportar-se licitamente mostra hoje um precoce amadurecimento nos jovens de 16

anos. Ele alertou, contudo, para a impossibilidade de execução do dispositivo do projeto de Arruda que torna os maiores de 16 e menores de 18 anos imputáveis apenas quando constatado seu amadurecimento intelectual e emocional. "Esse dispositivo não é operacional", alertou, chamando atenção para a dificuldade de se fazer um simples exame de sanidade mental.

Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Francisco de Assis Toledo apoiou a idéia de Arruda, mas alertou para o risco de uma grande quantidade de adolescentes ser conduzida aos estabelecimentos penais. Ele sugeriu que se aplique, para a imputabilidade penal, o que o Código Civil já prevê, que é o reconhecimento de que o maior de 16 anos é relativamente, não totalmente, capaz.

O professor Licínio Leal Barbosa, da Universidade Federal de Goiás, disse que bastariam as manchetes dos jornais para mostrar a premência de uma tomada de decisão do Legislativo nesse assunto. Ele lembrou que, na França, a imputabilidade se inicia a partir dos 13 anos;



Na CCJ, foram citados vários países que já reduziram a idade para fins de responsabilização penal

na Itália, a partir dos 14; e na Inglaterra, a partir dos dez. Reconheceu que a fórmula proposta por Arruda é tecnicamente perfeita, mas também duvidou de sua operacionalidade, visto que exige perícia médica para determinar o amadurecimento do infrator.

Presidente da Juventude Latino-Americana pela Democracia, Sérgio Murilo, enumerou dados estatísticos mostrando, entre outros fatos,

que, de cada dois brasileiros mortos na juventude, um é vítima de violência.

Olga Câmara, diretora do Departamento da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos, procurou mostrar aos senadores que a tendência moderna é definir em 18 anos a maioridade penal.

Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Mena Barreto pregou a realização de uma

trialogem que propicie aos condenados de melhor comportamento a possibilidade de trabalhar em regime semi-aberto. A jornalista Valéria Velasco, mãe de um jovem assassinado por uma gangue, sustentou a tese de que o adolescente de 16 anos tem discernimento sobre a conduta criminosa. José Augusto Cunha Couto, assessor da Presidência da República, apontou problemas técnicos na elaboração do projeto.



Críticos da emenda temem que ela acentue o processo de exclusão social no país

## Relator diz que idéia tem apoio da sociedade

O relator da proposta de emenda constitucional que reduz de 18 para 16 anos a maioridade penal, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou que em matéria penal não deve prevalecer o que pensam os parlamentares, "mas sim o desejo da sociedade". E a sociedade "apóia a alteração constitucional", conforme pesquisa do Instituto Vox Populi, a qual registrou que 84% dos entrevistados concordam com a redução da idade para imputação criminal.

Durante a audiência pública da CCJ, a senadora Marina Silva (PT-AC) advertiu que a possível mudança irá afetar os jovens pobres, principal-

mente da área rural. Para ela, só os jovens das classes média e rica do Brasil têm acesso a informações suficientes para que atinjam maturidade aos 16 anos, ao contrário dos adolescentes pobres. Marina Silva acha que a mudança ataca apenas as consequências, e não as causas, da criminalidade entre os jovens, "que são encontradas na exclusão social".

Luiz Estevão (PMDB-DF) afirmou que a redução da idade "é uma solução simplista que trará mais injustiça que justiça". Lembrou que existem no Código Penal 70 procedimentos considerados criminosos que nem todos os adultos conhe-

cem, como ultraje ao culto, difamação, violação de correspondência, perturbação de funeral e sedução. "Qual jovem sabe que isso é crime?", questionou. Estevão concorda com a mudança apenas no caso dos crimes hediondos.

O autor da proposta de emenda constitucional, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que está aberto ao debate, pois se trata de um assunto complexo. "Mas é preciso ter a coragem de colocar o dedo na ferida, sem receio de patrulhamentos. Muitos países já o fizeram e o Congresso brasileiro não pode fugir desta discussão."

## Comissão Mista para Erradicação da Pobreza vota relatório na terça

A próxima terça-feira é o prazo final para os parlamentares da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza apresentarem sugestões ao relatório elaborado pelo deputado Roberto Brant (PFL-MG). No dia seguinte, a partir das 9 horas, será lido e votado o documento.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, também na próxima terça-feira, logo após a Ordem do Dia, audiência pública com o ministro da Justiça, José Carlos Dias, que falará sobre o Direito Penal Eficaz, ou redução de pena.

Ainda na terça-feira, a partir das 10 horas, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para apreciar autorização para contratação de empréstimos internacionais junto ao BID e ao Bird, no valor total de US\$ 502,3 milhões. A CAE examina



também o relatório encaminhado pelo Banco Central sobre a operação de emissão de Bônus Global pelo governo brasileiro no valor total de US\$ 3 bilhões.

Na segunda parte da reunião, a CAE realiza audiência pública para discutir o ajuste fiscal e a formação de uma frente para implementação de políticas especiais de desenvolvimento regional.

Na quarta-feira, a partir das 10 horas, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza audiência pública com o ministro do Orçamento e Gestão, Martus Tavares, o representante da Rede Brasil, Aurélio Vianna Júnior, e o economista Murilo Portugal, diretor do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, para discutir e avaliar as propostas e políticas que estão sendo formuladas para o Brasil, através do Bird e do BID, e o impacto desses financiamentos na área social.

# Projeto proíbe cobrança de serviços por estimativa

Sérgio Machado quer mudar o Código de Defesa do Consumidor para impedir as concessionárias de exigirem pagamento das contas de água, energia e telefonia pela estimativa de consumo dos meses anteriores

Empresas prestadoras de serviços públicos, como água, energia e telefonia, vêm cobrando valores baseados no consumo presumido, calculado a partir do consumo médio dos meses anteriores. Segundo o senador Sérgio Machado (PSDB-CE) esse mecanismo, que deveria ser usado em casos excepcionais, vem sendo adotado pelas empresas com mais frequência para au-

mentar seu faturamento, uma vez que a média estimativa, segundo ele, sempre se refere aos períodos de maior consumo, com óbvios prejuízos ao usuário.

Para corrigir este erro o senador elaborou um projeto que modifica o Código de Defesa do Consumidor, introduzindo a proibição da cobrança baseada no fornecimento presumido, médias, projeções ou estima-

tiva de consumo que não a aferição exata do serviço utilizado.

— Esta proposição em muito contribuirá para coibir abusos e aperfeiçoar as relações de consumo em nosso país, como elemento indissociável do processo de elevação de grau de consciência e de responsabilidade social, ambas indispensáveis ao exercício de nossa plena cidadania — argumentou o senador.



Machado acredita que seu projeto contribui para aperfeiçoar relações de consumo no Brasil

## Arruda homenageia ex-senador Kleinübing

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) prestou uma homenagem ao senador catarinense Vilson Kleinübing no primeiro ano de sua morte, em 23 de outubro, lamentando a perda “desse homem público que fugia à regra”. Arruda ressaltou a preocupação de Kleinübing com o saneamento das finanças públicas e lembrou a façanha do ex-governador de Santa Catarina de reduzir o déficit de seu estado em 400% durante seu primeiro ano de mandato, em 1991.

Arruda relembrou que Kleinübing considerava fácil identificar na Câmara e no Senado as bancadas regionais, bem como as dos



José Roberto Arruda lembrou preocupação de Kleinübing com saneamento das finanças públicas

grupos religiosos e dos ruralistas, mas sentia falta de uma bancada que defendesse os interesses da

“viúva”, as contas públicas, segundo ele a grande desamparada. Arruda destacou a atuação séria e responsável de Kleinübing na defesa das contas públicas, que, segundo ele, teve como ponto culminante os trabalhos da CPI dos Precatórios.

— Guardava ele a firme convicção de que o endividamento irresponsável viria, mais cedo ou mais tarde, a inviabilizar por completo a administração pública, com conseqüências catastróficas. Firmado nessa convicção, definia suas posições e traçava o rumo de sua atuação — quer no Executivo, quer no Legislativo —, e daí não se afastava um milímetro sequer. Foi com essa retidão de conduta na vida pública que granjeou a admiração e o respeito de companheiros e adversários — elogiou Arruda.

## Maria do Carmo lembra luta de Bertha Lutz em defesa da mulher

A importância da instituição do diploma “Mulher-Cidadã Bertha Lutz” foi ressaltada em pronunciamento pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que destacou o papel de Bertha Maria Júlia Lutz na luta em favor do voto feminino. A criação do diploma foi proposta pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na última quarta-feira, e vai premiar mulheres que se destacaram na defesa dos direitos femininos.

A homenageada com a criação do prêmio, Bertha Lutz, nasceu em São Paulo, no ano de 1894. Foi deputada federal e a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro. A senadora Maria do Carmo, durante o pronunciamento, disse que foi graças ao “incansável trabalho de Bertha” que, em 1932, no governo de Getúlio Vargas, as mulheres tiveram o direito de votar.

A senadora também afirmou que Bertha Lutz foi a primeira parlamentar a propor alterações na legislação do trabalho da mulher e do menor, propondo igualdade salarial, redução da jornada de trabalho e a licença de três meses à gestante, sem prejuízo da remuneração.

“Sem dúvida, o nome de Bertha Lutz personifica o conjunto de pessoas que lutam para que as antigas mazelas como violência doméstica e discriminação no mercado de trabalho, entre ou-



Maria do Carmo: Bertha Lutz personifica a luta contra violência doméstica e discriminação da mulher

tras, sejam uma página virada da história de nosso país”, afirmou.

Na oportunidade, a senadora registrou a passagem do Dia Internacional do Estudante, comemorado em 17 de novembro, afirmando que o Brasil precisa se preparar melhor na área da educação para a “travessia em direção ao terceiro milênio”.

Ela citou dados do Ipea dando conta de que apenas um ano a mais de estudo incrementaria a taxa de crescimento econômico do país em 0,35 ponto percentual. Acrescentou que o Brasil tem, no mínimo, uma década de atraso em relação a outros países com nível de desenvolvimento similar.

Maria do Carmo manifestou esperança na melhora dos índices de educação do país, ressaltando que o trabalho desenvolvido pelo ministro Paulo Renato tem como principal objetivo alcançar a universalização escolar até o fim do atual governo.

## Geraldo Cândido apóia emissoras comunitárias

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) divulgou cartilha intitulada “Como criar uma rádio comunitária”, elaborada por deputados e senadores do Partido dos Trabalhadores (PT) que integram o Coletivo Petista das Rádios Comunitárias no Congresso Nacional. O documento está à disposição dos interessados no gabinete do parlamentar.

Na apresentação da cartilha, Geraldo Cândido destaca que, ao entrar no ar, uma rádio comunitária representa a realização do sonho de muitos.

— Ela é a vez e a voz daqueles que estavam calados. É também onde os sonhos e as esperanças, as dores e as dúvidas de cada um se transformam em ondas que chegam às casas e às ruas da comunidade. Fazer rádio comunitária é refazer o mundo que foi destruído por estes que

estão no poder — observou.

O representante do Rio de Janeiro enfatizou que o PT mais uma vez assinala seu compromisso com a gente brasileira ao apresentar a cartilha, pois o partido sabe das dificuldades que enfrentam aqueles que, “no cotidiano de sua cidade, com poucos recursos econômicos, enfrentam a repressão policial e política”, e lutam para colocar uma rádio comunitária no ar.

— Esta cartilha é, portanto, apenas uma parte do trabalho que o PT desenvolve. Uma contribuição ao movimento cujo dono não é o PT nem nenhum outro partido, mas o povo, com seus gostos, suas cores ideológicas, seus jeitos e, principalmente, suas esperanças — ressaltou.

O trabalho apresentado por Geraldo Cândido orienta as comunidades a criarem uma rádio comuni-



Cândido divulga cartilha sobre rádios comunitárias

tária, desde o primeiro passo, como a reunião e a organização da entidade, até a compra dos equipamentos, a obtenção da concessão, a sustentação financeira e a programação, entre outras. A cartilha é assinada por vários deputados federais petistas e também pelos senadores Heloísa Helena (PT-AL) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Entre as recomendações da cartilha, destaca-se a que diz que a programação deve-se pautar pela divulgação de música de boa qualidade, de notícias de interesse da comunidade, além de serviço sobre as reivindicações dos moradores.